



DESTAQUES DA IMPRENSA

FRANÇA E RÚSSIA: DUAS REVOLUÇÕES

Os estudiosos têm assinalado as similitudes entre as Revoluções Francesas e Russa. Podemos enumerar algumas delas: 1ª) Em ambos os países houve duas revoluções embutidas no mesmo movimento histórico; na França, a constitucional de 1789/92 e a republicana de 1792/94; na Rússia, a anticzarista de fevereiro e a bolchevique de outubro de 1917. 2ª) Também em ambos os países, a eclosão revolucionária surpreendeu a todos. Ninguém na França, em janeiro de 89, ou na Rússia, em janeiro de 17, antevia iminente subversão e subsequente queda da monarquia. O que aconteceu em julho de 89 e em fevereiro de 17 não obedeceu a um planejamento insurrecional, pois foi inesperado para os próprios líderes da oposição ao absolutismo. 3ª) Naquelas ocasiões houve um colapso do aparelho repressivo do antigo regime. O governo do rei dispunha de forças para esmagar os amotinados de Paris, mas não se decidiu a usá-las. Os regimentos enviados pelo czar aderiram, um após outro, aos agitadores de Petrogrado, e os próprios cossacos não se animaram a reprimir o tumulto que começara com uma manifestação de donas-de-casa reclamando pão. 4ª) A dualidade de poder observou-se nas duas grandes convulsões políticas. Na primeira Revolução Francesa (1789/92), a autoridade se dividiu entre a monarquia abalada e a Assembléia Nacional Constituinte, a que se seguiu a Legislativa; na revolução de 1792/94, a Convenção Nacional teve seu poder ameaçado permanentemente pela Comuna de Paris. Após Revolução Russa

de Fevereiro de 17, o Governo Provisório se viu limitado e cerceado pelos Sovietes de operários e soldados. 5ª) Nos dois episódios históricos, após o triunfo sobre o antigo regime, os moderados, combatidos pela direita e pela esquerda, foram expulsos do poder pelos extremistas da última. Na França, os monarquistas constitucionais cederam lugar aos republicanos moderados (girondinos), que, por sua vez, foram liquidados pelos jacobinos (montanheses). Na Rússia, a coalizão de liberais, mencheviques e socialistas revolucionários sucumbiu ante o assalto bolchevique. 6ª) Também o Terror, em ambos os países, decorreu da guerra civil e da ameaça estrangeira. Foi condição necessária mas não suficiente para a conservação dos extremistas no poder. Os bolcheviques triunfaram, mas os jacobinos caíram com Robespierre, em 1794. 7ª) Antes, naquele ano, Robespierre abateu, sucessivamente, à esquerda, a facção dos "exagerados" (Hébert) e, à direita, a dos "indulgentes" (Danton). Após a morte de Lênin, Stálin destruiu a Oposição de Esquerda (Trotsky) e, logo depois a Oposição de Direita (Bukharin). 8ª) As semelhanças vão até as personalidades dos soberanos. Trotsky fez um notável paralelo entre Luís XVI e Nicolau II e suas respectivas mulheres, todos igualmente exterminados.

A grande dessemelhança consistiu na inexistência na França (de 1789/94) de um partido como o bolchevique e de uma liderança como a de Lênin. Este percebeu o que Marx não viu: a classe operária jamais faria a revolução. Ela só poderia

ser realizada por um partido, como ele fundou, de revolucionários profissionais, com o fervor de jesuítas e a dureza de espartanos, iluminados pela fé ideológica e guiados por disciplina férrea. Nem os monarquistas constitucionais Mirabeau e Lafayette, em 89/92, nem os jacobinos Robespierre, Danton ou Marat, depois, tiveram influência sobre o curso dos acontecimentos assemelhável à de Lênin. Também a autoridade e a eficiência do Comitê de Salvação Pública jacobino não podem comparar-se às do Comitê Central bolchevique. A Revolução de Outubro de 17, concordam todos os historiadores idôneos, foi fruto da determinação de um homem. Ele fundara o partido bolchevique e, ao voltar à Rússia, após a queda do czarismo, teve que disputar com todo o seu Comitê Central, em exaustivos debates, até convencê-lo a combater o Governo Provisório. Enfim, ele decidiu o momento da insurreição. Se o trem blindado, que o trouxe à pátria, houvesse sofrido um acidente, "O Grande Outubro" não teria ocorrido. Foi uma ironia que o próprio Trotsky, um marxista, que acreditava no determinismo histórico conduzido por causas impessoais, objetivas, materiais, como a luta de classes, a ação das massas e a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, tivesse que admitir, na sua História da Revolução Russa, a insubstituibilidade de Lênin. Não se percebe a influência decisiva de um indivíduo na queda do Império Romano, nas Revoluções Comercial e Industrial, nem nas Revoluções Inglesa, Americana, Francesa ou Russa de Fevereiro. Ela iria patentear-se de modo des-

concertante na Revolução de Outubro para perplexidade dos marxistas ortodoxos. A União Soviética reconhece isso ao colocar a múmia de seu criador permanentemente exposta à adoração dos peregrinos, no santuário da Praça Vermelha. A maior façanha dos bolcheviques não foi a tomada do poder por um partido minoritário no seio da própria classe operária e sim a de conservar-se nele, o que não aconteceu com os jacobinos. Isso não se deveu apenas ao Terror, também empregado pelos predecessores franceses. Sua vitória foi sobretudo a da organização partidária e a da liderança capaz, que, pondo fim à guerra e repartindo as terras, atraiu para os vermelhos o apoio da maioria camponesa do imenso país.

Um adendo: afirma-se agora que a burguesia não teve importância na Revolução Francesa. Os Estados Gerais de 1789 compunham-se de nobreza, clero e Terceiro Estado. Este último - vanguarda da insubmissão - representava interesses de que classe social? Quem se beneficiou com a abolição dos direitos feudais? Quem adquiriu os bens confiscados dos nobres e do clero? A quem principalmente serviu o Código de Napoleão? Diz-se ainda que a França pós-revolucionária estava mais fraca do que a de 1789. Como explicar então que aquele país, sob o antigo regime, no século XVIII, perdesse todas as suas guerras, enquanto, sob Napoleão, levasse seus exércitos a Moscou, Lisboa e Nápoles, sendo preciso que todas as demais nações da Europa se unissem, num tremendo esforço, para subjugá-lo?

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, edição de 25 de julho de 1989. Artigo assinado por Humberto Braga, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ).

O BRASIL E O GÁS BOLIVIANO

No próximo dia 14-7-89, os governos do Brasil e da Bolívia assinarão um acordo que prevê uma série de projetos de utilização do gás natural extraído pela Yacimientos Petrolíferos Fis-

cales Bolivianos na região do Alto Magdalena. O envolvimento de organismos mundiais, como o Bird, no programa, deve garantir a execução e, assim, colocar finalmente no ar uma novela, conhecida

como "Acordo do gás" ou "Gás boliviano", que vem sendo produzido há uma década e meia.

Quando companhias estrangeiras começaram a descobrir razoáveis jazidas de gás natural no Vale do Rio Magdalena, no norte da Bolívia, o governo daquele país imediatamente contactou seus vizinhos mais desenvolvidos - Brasil e Argentina - para propor acordos de fornecimento, uma vez que não teria mercado próprio para o volume das reservas recuperáveis. No Brasil, deparou-se com a histórica resistência da Petrobrás em fazer acordos desse tipo. Obteve mais sorte na Argentina, para onde exportou o produto, através de um longo gasoduto, desde o início da década de 70 até recentemente, quando o acordo completou seu prazo e os argentinos não quiseram renová-lo.

A Petrobrás conseguiu boicotar o acordo do gás que se pretendia executar com a Bolívia, simplesmente colocando em dúvida o volume das reservas alegado pela Yapebol. Em 1975, chegou a sugerir à estatal boliviana que contratasse uma empresa especializada independente, de outro país, para avaliar as jazidas e se certificar se o volume das reservas assegurariam um fornecimento a longo prazo que justificasse os investimentos previstos. Entre eles, a construção de um gasoduto de Santa Cruz de La Sierra a Corumbá, com cerca de 600 km de extensão, e depois partindo de Corumbá a Campo Grande, rumando em seguida para Paulínia, em São Paulo, onde a Petrobrás possui uma refinaria. Ainda de Campo Grande, partiria um ramal para Dourados, no extremo sul de Mato Grosso do Sul.

Em Corumbá, seria construída uma siderúrgica que usaria o gás como insumo energético e o minério de ferro do morro do Urcum. A siderúrgica estaria voltada para a produção de aços especiais, para isso importando níquel e nióbio de países vizinhos, além de utilizar o manganês da região. Em Campo Grande, Dourados e, também, Paulínia, seriam construídas fábricas de adubos químicos, aproveitando o gás como matéria-prima

para o nitrogênio. Ainda em Paulínia, o gás seria utilizado na petroquímica.

O novo acordo do gás começou a viabilizar-se exatamente devido à caducidade e à não renovação do acordo Argentina-Bolívia. As vendas de gás para a Argentina representava uma boa fonte de divisas; o governo americano ficou preocupado com a situação e o Banco Mundial interessou-se em encontrar uma solução. Desta vez, nem a Petrobrás parece ter sido capaz de atrapalhar o negócio. A Bolívia, com financiamento do banco, trará um gasoduto de Santa Cruz de La Sierra até Puerto Suarez, cidade na margem direita do rio Paraguai, divisa entre os dois países, tendo Corumbá na outra margem. Em Puerto Suarez, ainda com financiamento do banco, serão construídas diversas usinas termelétricas a gás, num sistema modular que, segundo o Ministério das Minas e Energia do Brasil, começará com uma potência instalada entre 75 e 80 megawatts e terminará em 450. Está prevista, ainda, a construção de uma planta de polietileno e uréia, produtos que serão comprados pela Petrobrás.

Do lado brasileiro, as estatais Eletrosul e Eletronorte, subsidiárias da Eletrobrás, absorverão em seus respectivos sistemas (a Eletrosul é responsável pelo atendimento a Mato Grosso do Sul e a Eletronorte, ao Mato Grosso), em partes iguais, a energia gerada. O MME estima que cerca de 800 km de linhas de transmissão terão que ser construídos para interligar a usina de Puerto Suarez aos dois sistemas.

O setor elétrico, entretanto, possui informações de que a eletricidade boliviana será cobrada a uma tarifa extremamente alta, considerando-se que a Eletrosul tem a base de sua geração em hidrelétricas baratas, no rio Iguaçu, além de seu sistema fazer parte do sistema interligado Sul-Sudeste, extremamente eficiente no intercâmbio de energia barata. O número conhecido pelo setor elétrico é de que o Brasil pagará à Bolívia US\$ 45 por megawatt/hora, enquanto o custo médio de geração do sistema interligado deve andar na casa dos 20.

Talvez o novo acordo do gás fosse

uma boa oportunidade de se retomar o projeto da siderúrgica de aços especiais de Corumbá e aproveitar o minério de fer-

ro de aluvião, com 78% de teor, que ocorre à flor da terra em alguns pontos ao redor do Morro do Urucum.

(Transcrito do *Jornal de Commercio*, edição de 10 de julho de 1989. Artigo assinado por Laércio Silva, correspondente do referido jornal, em Brasília).

A MARINHA E A AMAZÔNIA

A Bacia Amazônica compreende mais de 20 mil quilômetros de vias navegáveis naturais. Só o Amazonas-Solimões tem um comprimento de aproximadamente 6,5 mil e alguns de seus afluentes mais de 1,8 mil quilômetros; distância superior, por exemplo, à que separa o Rio de Janeiro de Recife. As sedes dos municípios mais populosos da região localizam-se às margens do Amazonas-Solimões e de seus afluentes principais. O rio, na feliz expressão de um escritor, comanda a vida. É o caminho natural de comunicação, de intercâmbio cultural, social e econômico. Contribuindo para a adaptação do homem ao meio em que ele vive, o uso das hidrovias tem relevante função em uma alternativa de desenvolvimento para a Amazônia que se pretenda racional e ordenada. No contexto dessa função, a segurança da navegação desponta como uma necessidade irrecusável.

Várias são as características da região a considerar. Em primeiro lugar, a mutabilidade — e em termos grandiosos — da natureza na Amazônia. O regime de cheias e vazantes provoca o surgimento, a alteração das dimensões e o deslocamento dos bancos de areia. O fenômeno das "terras caldas", a força da vegetação, a intensidade das correntes e das chuvas exigem permanente esforço de reconhecimento e de atualização dos levantamentos hidrográficos. São ponderáveis as dificuldades que o Serviço de Sinalização Náutica do Norte, pertencente à Marinha, enfrenta, contando apenas com um navio hidrográfico de médio porte e seis embar-

cações menores, para manter confiável a cartografia e prover a conservação de cerca de cem sinais de balizamento — número por certo insuficiente se comparado com a extensão das hidrovias — distribuídos do estuário a Tabatinga.

Outra característica marcante é a da coexistência, nas mesmas vias navegáveis, do Longo Curso, da Cabotagem e da Navegação Interior. São vias frequentadas por vários tipos de embarcações, desde a canoa e o barco a vela, comboios de chatas que transportam milhares de toneladas de carga, até navios transoceânicos. Os requisitos de segurança da navegação devem contemplar essa variedade e ser adaptados às peculiaridades de cada tipo de meio flutuante.

O imenso número de embarcações é outro aspecto do problema. Até o dia 31 de março deste ano, mais de 50 mil estavam registradas, sendo aproximadamente cinco mil de passageiros. Mas existem embarcações em situação irregular, que não estão inscritas nas capitânicas, delegacias ou agências, cujo total é estimado em cerca de 60 mil unidades.

Cabe à Marinha fiscalizar essas irregularidades. Contudo, o número de embarcações das capitânicas está muito abaixo de suas necessidades, principalmente se comparado à extensão da área a ser fiscalizada. Procura-se minimizar essa carência — que simplesmente reflete, diga-se de passagem, o acanhado orçamento do Ministério, limitado a 0,3% do PIB — com as poucas lanchas da Polícia Naval e embarcações improvisadas que atuam no papel de agências e escolas

profissionalizantes. Mesmo os navios não envolvidos diretamente nas tarefas de segurança da navegação colaboram. Procura-se aproveitar unidades que estão realizando outras missões, compatibilizando-se, na média do possível, suas atividades militares com a execução de tarefas de Polícia Naval.

Situações especiais se verificam, ciclicamente, durante as férias escolares ou celebrações religiosas, quando o fluxo de transporte é bem acima do normal. É o caso do Cfrío de Nazaré, em outubro.

Nessas condições, a Marinha se desdobra em um excepcional esforço de prevenção de acidentes e do transporte irregular, promovendo campanhas de esclarecimento, efetuando rigorosas inspeções em pontos selecionados, mantendo uma vigilância que tangencia o limite de suas possibilidades. Em 1988, foram mobilizados uma corveta, um navio-patrolha costeiro, um navio-balizador e quatro agências flutuantes, para garantir que a alegria do Cfrío não fosse turvada por acontecimentos dolorosos. Nenhum acidente ocorreu; mas, infelizmente, não é possível manter indefinidamente um esforço continuado desse tipo.

As capitânias iniciaram, este ano, um criterioso levantamento da situação das embarcações de maior porte que transportam passageiros. O levantamento abrange a verificação de planos e relatórios técnicos sobre cada meio flutuante, e os documentos decorrentes são endossados por engenheiros registrados no CREA. Esse serviço demanda, no entanto, tempo apreciável, pois, em toda a região só se dispõe de quatro engenheiros navais, dois em Belém e dois em Manaus. . . Após essa primeira etapa, serão verificadas as embarcações menores. A existência de apenas trinta pequenos

estaleiros de construção e 35 de reparos é séria dificuldade a superar. Deve-se notar, a propósito, que o pequeno número de estaleiros limita a boa conservação e a execução de reparos, muitas vezes inadiváveis. São estaleiros que, de maneira geral, também não estão preparados para a construção de unidades tecnicamente mais modernas, que muito contribuíram para melhorar as condições de segurança nas hidrovias.

O ordenamento das linhas de navegação interior, paralelamente a uma política de aperfeiçoamento da infra-estrutura portuária fluvial, são outras medidas importantes. Refiro-me ao aperfeiçoamento não só das instalações materiais, mas também de modo a possibilitar, com os serviços pertinentes, o controle do deslocamento das embarcações, pelo menos da partida e da chegada nos portos.

Diante das necessidades da navegação nos rios — principalmente se optamos por uma alternativa harmoniosa e equilibrada de desenvolvimento da Amazônia — a Marinha está atenta à responsabilidade que lhe cabe, de garantir condições para a sua segurança. Ela vem empregando da melhor maneira possível seus meios flutuantes; estabelecendo procedimentos que reduzam a ocorrência de acidentes; prevenindo o navegante sobre os perigos da navegação fluvial. A salvaguarda da vida humana é o propósito que a norteia. Para bem desempenhar essa missão ela precisa dispor, contudo, de meios adequados e suficientes, em nível bem superior ao atual; precisa da colaboração da imprensa, em seu importante papel de informar e orientar; precisa do apoio da população, principalmente daqueles que navegam, que de alguma forma utilizam, ou cuja existência depende do grande rio e de suas hidrovias afluentes.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 21 de junho de 1989. Artigo assinado por Henrique Sabóia, Ministro da Marinha).

GERAR EMPREGO, O GRANDE DESAFIO

Daqui a 11 anos, o mundo não terá muitas razões para comemorações além da imagem lúcida da virada

do século e do milênio. Descontados alguns perigos que já vivemos — armas nucleares e a devastação ambiental, por

exemplo —, no limiar do ano 2000 a economia mundial, principalmente a dos países em desenvolvimento, se defrontará com um desafio alarmante: como criar 600 milhões de novos empregos?

O alerta dado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma das agências setoriais da Organização das Nações Unidas (ONU), não é nada otimista, levando-se em conta a situação de países como o Brasil, onde a economia não cresce há uma década e as variações demográficas continuam implacáveis, apesar do ligeiro declínio verificado nas taxas de fecundidade. Em reduzidos 11 anos, os setores de comércio, indústria e serviços brasileiros terão de gerar cerca de 26 milhões de empregos novos para aplacar um pouco a fome por trabalho de uma População Economicamente Ativa (PEA) que deverá bater acima dos 81 milhões de pessoas. Assusta?

Para Paulo Paiva, um dos maiores especialistas brasileiros no assunto, professor de demografia econômica da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), a perspectiva é preocupante. "A PEA, desde o início desta década, vem crescendo 3,3% ao ano, superior às taxas históricas dos trinta anos anteriores, que era de 2,8%", afirma.

Em sentido inverso, acrescenta Paiva, o Produto Interno Bruto (PIB), que para acompanhar deveria estar em torno de 8,25% por ano, deixou de crescer no ritmo recorde dos anos 70, que foi de 7%. A chamada década perdida do Brasil culminou, em 88, com a perda do PIB em torno de 0,3%, e nada indica uma melhora para este ou para os próximos anos. Conclusão: enquanto a massa da economia nacional praticamente não sai dos US\$ 300 bilhões, quase 2,5 milhões de brasileiros engrossam a oferta de mão-de-obra, anualmente.

A PEA, que sofre influências da estrutura de crescimento da população e das taxas de variações dos níveis de atividade, estimado, em 89, em 56,7 milhões de pessoas aptas para o trabalho, abrange apenas os grupos entre os 15 e os 59 anos. Portanto, lembra Paulo Paiva, estão de fora os menores de 10 a 15 anos, que hoje e provavelmente no ano

2000 continuarão inchando a legião de subempregados. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Unicef (outra agência da ONU), divulgados recentemente, são mais de sete milhões os pequenos trabalhadores, recebendo, em média, 20% do salário mínimo.

Mas a endemia do trabalho infantil no Brasil vai mais além do que a endêmica crise econômica. Alguns movimentos populacionais têm causado alterações na pirâmide demográfica, de acordo com os resultados obtidos no estudo "A quantas andar a população brasileira no século XXI?", dos Institutos de Pesquisa (Ipea e Iplan) da Secretaria Especial de Planejamento (Sepplan).

Segundo as estatísticas, apesar da queda global de natalidade desde os anos 60, a partir de então vem crescendo a taxa de fecundidade entre os grupos de mulheres situadas entre 15 e 19 anos, o que não agrada muito no mapa demográfico geral. Em 1980, por exemplo, quando a população brasileira estava na casa dos 120,194 milhões de pessoas, a população infantil de zero a quatro anos era de 14,4%. Considerando a mortalidade infantil (que também decresce) e a quantidade de ineptos (deficientes físicos), pode-se prever que 10% deles estarão, no fim do século, com um mínimo de 20 e um máximo de 24 anos, senão trabalhando, porém aptos.

Fato ainda determinante, segundo a pesquisa, é que até o ano 2000 a taxa bruta de atividade — relação entre a PEA e a população total (cerca de 170 milhões) — terá uma massa de idosos em condições de trabalho mais substancial. O aumento da expectativa de vida do brasileiro é notório, tanto no campo quanto na cidade.

Se é estimulante saber que o brasileiro cada vez vive mais, por outro lado, o pesquisador do Cedeplar de Belo Horizonte lamenta o fator desagregador que isso acarretará daqui a 11 anos. Como a Previdência Social e nada é a mesma coisa, salvo repentina mudança, os velhos ainda serão obrigados a procurar emprego, mas não será fácil. "Com a presença de jovens, em grande escala, no mercado de trabalho, a tendência natural é a inibição da oferta de empregos

para os mais velhos", argumenta Paulo Paiva.

Dentro desse conjunto de características pressionando a estrutura da PEA — sem falar nas rotas migratórias, o especialista em demografia econômica chama atenção para o incremento da mão-de-obra feminina. Em franca ascensão, ela será 34,18% da população em idade e em condições de trabalho. Af complica.

Como no caso de velhos, a proporção de mulheres não tem muito significado naqueles 26 milhões de empregos novos projetados para o início do terceiro milênio. "Quem planeja economia não vê o aspecto macro; procura-se incentivar os setores mais dependentes do trabalho masculino, como a construção civil, as indústrias pesadas e a ocupação rural da Amazônia", salienta Paulo Silva. A situação feminina só não será pior porque é justamente o setor de serviços — em que a presença das mulheres é bem marcante — que mais cresce, juntamente com a economia informal.

O professor mineiro, cujo estudo serviu de base para o livro Brasil, caos ou reforma, de Hélio Jaguaribe, aproveita para pulverizar ainda mais os vértices estruturais da PEA. No Brasil, a presença da mulher em atividade é muito mais em decorrência da necessidade de engordar o orçamento familiar do que da emancipação feminina. Tanto que se no passado um filho pequeno nos lares mais carentes pressionava a permanência da mãe dentro de casa, hoje é o contrário. "Se a economia como um todo recuperar-se e o salário do chefe da família também, nesse caso teremos menos mulheres e menos crianças procurando empregos", afirma o pesquisador.

Diante do tamanho dessa projeção, Paulo Paiva, porém, acha que os números absolutos causam menos impacto que os relativos. "Comparando com a China, Índia e Indonésia, que têm um problema desse todo ano, é quase nada", diz. A

interrogação é se a economia brasileira terá capacidade de absorver a PEA no futuro.

Embora os economistas não arrisquem previsões, pois os parâmetros dos últimos anos são totalmente atípicos — tamanha a desarticulação de todos os setores econômicos —, alguns indicadores não levam a nenhum otimismo. Paulo Paiva recorda, entre outros, que a tendência atual é o aumento da produtividade em certos setores, sem a correspondência no aumento do emprego.

Esse ponto, além de fazer parte das distorções na organização do trabalho, vem sendo alimentado, negativamente, pela tecnologia industrial. Segundo Maria Helena Zockun, economista da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da USP, e da Fiesp, "apesar da baixa atividade industrial, a produtividade é alta". Já em 80, de acordo com ela, a indústria representava 26% do PIB e no entanto, gerava apenas 18% de empregos. Hoje, essa proporção caiu para 4% ao passo que a produtividade subiu para 10%. "O fiel da balança terá de ser os serviços", analisa.

Para Emilio Alfieri, do Instituto de Economia Gastão Vidigal, da Associação Comercial de São Paulo, não se pode relacionar diretamente a necessidade de criação de empregos com obrigação da economia gerá-los. "Ao contrário das variantes demográficas, que estão afervendo de base científica, a economia depende de um conjunto muito complexo de fatores internos e externos", sustenta o economista.

Entre eles está o papel que as multinacionais desempenhariam daqui para a frente. Pelas estatísticas da OIT, no seu último informe anunciado em Genebra, elas dão 65 milhões de empregos no mundo. Destes, 43 milhões estão situados nos países-sedes, 15 milhões em outros países industrializados e apenas sete milhões nos países em desenvolvimento.

(Transcrição de matéria publicada no *Jornal do Commercio*, edição de 19 de junho de 1989. Artigo assinado por Giovanni Lorenzon, da Agência Estado).

BRASIL INGRESSA NA GUERRA ELETRÔNICA

Na cidade satélite de Sobradinho, a 10 quilômetros do Plano Piloto, localiza-se o primeiro Centro de Instrução de Guerra Eletrônica da América Latina, o maior empreendimento do projeto FT-90 - Força Terrestre 1990. Sua entrada em atividade representa o ingresso do Brasil no fechado clube dos países que dominam o sistema de guerra eletrônica, hoje indispensável nos conflitos bélicos. Seu emprego pela Inglaterra, na Guerra das Malvinas, foi fator decisivo na derrota de Argentina. A inauguração do Cige, mês passado, não foi informado à imprensa.

O Cige, além de servir para a preparação de oficiais e praças, utilizará modernos computadores, em sua maioria adquiridos nos Estados Unidos e Alemanha Ocidental; armamentos leves, carros de combate e abrigos antiaéreos. Tais equipamentos, manuseados exclusivamente por uma equipe especializada, serão empregados para descontrolarem as contra-medidas utilizadas pelo inimigo nos confrontos de terra, mar e ar.

O centro conta com área construída de 3000m², com oito prédios destinados aos cursos, e dois para guarda dos tanques de reconhecimento equipados com aparelhagens leves de detecção de alvos. O Cige, para efeito de emprego e de doutrina, está diretamente subordinado ao Estado-Maior do Exército.

O sistema contará com uma rede de unidades instaladas nos grandes e médios comandos. Este mês, foram iniciados cursos especiais para oficiais e praças, obedecendo rígido critério seletivo de pessoal, a cargo do Centro de Estudos de Pessoal do Exército. A equipe-base, formada por oficiais cursados no exterior, já prepara novos especialistas. Embora utilizando, no seu embrião, conhecimentos adquiridos nos principais centros internacionais de guerra eletrônica, como Estados Unidos, Alemanha Ocidental e França, o Cige contará com doutrina própria de sistemas de guerra eletrônica.

O Sistema de Guerra Eletrônica Brasileiro, embora fechado ao público externo e restrito a reduzido número de militares, manterá, futuramente, convênios com as Forças Armadas dos países amigos, para troca de informações técnicas indispensáveis à evolução do sistema.

Os manuais de procedimento de campanhas já foram concluídos pelo Estado-Maior do Exército. A decisão do Exército, de criar o Cige, deve-se à avaliação feita por estrategistas brasileiros sobre a guerra da Inglaterra contra a Argentina, pela posse das Ilhas Malvinas, na qual os ingleses apresentaram grande superioridade.

SISTEMA INTERCEPTA SINAIS

A guerra eletrônica experimentou seus primeiros passos com as tentativas de interceptação das linhas telegráficas que eram utilizadas como meios de comunicação militar, no século passado. Seu crescimento, dirigido para uma estruturação baseada em doutrina própria, tomou corpo no último decênio.

Os estudiosos do sistema dividem a GE em três campos que operam independentemente: Contra-Medidas Eletrônicas (CME), que surgem com ações ofensivas da GE, tais como interferências propostas sobre redes de radiocomunicações; Contra Contra-Medidas Eletrônicas (CCME), englobando ações de respostas às CME produzidas pelo inimigo.

As Medidas Eletrônicas de Apoio (MEA) geram dados e informações para as CME e CCME. A CME foi empregada pelos Estados Unidos, pela primeira vez, na Segunda Guerra Mundial. Seu emprego salvou cerca de 450 bombardeiros da artilharia alemã, controlada por radares.

Hoje, nenhuma aeronave pode prescindir de equipamentos e táticas de GE para penetrar no espaço aéreo dominado pelo inimigo, protegido pela moderna ar-

tilharia. A utilização das CME inclui geração de ruído sobre radares, emprego de artefatos pirotécnicos de engodo contra mísseis guiados por infravermelho e mísseis anti-radar, entre outros meios.

A utilização das CCME nas ações de

artilharia anti-aéreas proporciona condições de multiplicar a capacidade e agilidade de frequências, variando, assim, a todo momento e de forma aleatória, e de dificultar a geração de um sinal interferente.

(Transcrição de matéria publicada no *Jornal do Commercio*, edição de 19 de julho de 1987).

UM GRANDE BRASILEIRO

Em coluna social aparece a breve notícia da morte do general Edmundo Macedo Soares e Silva, anunciando que por isso está enlutada a sociedade do Rio de Janeiro. Enlutado, na verdade, por essa perda, está todo o Brasil que pensa e sente. E sabe avaliar o papel desempenhado pelos seus homens na construção de sua grandeza. O currículo desse fluminense abrange um extenso campo de atividades, todas vinculadas aos interesses da economia, do bem-estar social, do desenvolvimento científico, e da eficiência da administração pública, em cargos da máxima responsabilidade, em cujo desempenho firmou um renome dos mais prestigiados, posto em pé de igualdade e até superando outros notáveis engenheiros que no Império e na República impulsionaram, com talento, presteza no serviço da comunidade, como Rebouças, Frontin, Pereira Passos, e tantíssimos que com a sua atividade criadora, por todo o País, estruturaram briosamente o progresso técnico, em suas múltiplas diversidades, com zelo e competência. Graças ao qual a indústria brasileira em seus ramos mais esperados coloca-se em pé de igualdade com as melhores do mundo.

Como político, na chefia do governo do Estado do Rio de Janeiro, ou como ministro de Estado, por duas vezes, elevou em dignidade a administração oficial, tão desacreditada hoje, cabendo-lhe como dirigente da Companhia Siderúrgica Nacional, durante seis anos, consolidar em bases econômicas e técnicas seguras um empreendimento que no tempo não despertava crença nem esperança e a partir dele constituiu-se no elemento básico do rápido e admirável desenvolvimento industrial do Brasil. Era um intelectual, no sentido do amor às letras, deixando ao patrimônio científico do País mais de cem trabalhos nas ciências de sua especialização.

Como diretor da Mercedes Benz estimulou o seu fundador no Brasil a instituir prêmios para a literatura e a ciência, particularmente a Medicina e escolheu a Academia Brasileira e a Academia Nacional de Medicina para distribuí-los. Pertencia à família dos Macedo Soares, a quem o Brasil deve alguns dos seus nomes mais ilustres na política, na diplomacia, no jornalismo, na ciência e nas indústrias e a sua perda mede-se pelo legado que guardará para sempre e tão mercedamente a memória do seu nome.

(Transcrito do *Jornal do Commercio*, edição de 12 de agosto de 1989. Artigo assinado por Austregésilo de Athayde, Presidente da Academia Brasileira de Letras).